

A EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO NO ESTADO DO PARANÁ

Régio Márcio Toesca Gimenes*

Resumo

O presente artigo procura delinear a evolução do cooperativismo no Estado do Paraná. Busca suas origens no cooperativismo colonial e chega ao modelo atual da agroindústria cooperativada. Fornece também subsídios para a reflexão sobre a política econômica atual, principalmente com relação às taxas de juros e o processo de financiamento das cooperativas, definindo uma relação entre as suas estruturas de capital e perspectivas de crescimento.

Abstract

The present article searches for delineating the cooperativism in Parana State. It searches for their origins in the colonial cooperativism and comes to the current model of the cooperativized agroindustry. It also supplies supplementary information to the reflexion about a present economical politic, principally related to the rates and the process of the co-operative association financing, defining a relation among their structures of capital and perspectives of development.

Introdução

Comparado aos demais estados do sul do país,

o desenvolvimento do cooperativismo paranaense é bastante recente. Desde o início do presente século, surgiram, no Paraná, diversas iniciativas de caráter cooperativista.

As experiências, pela quantidade e pelo caráter fomentista, estão ligadas aos trabalhos do agrônomo ucraniano Valentin P. Cuts, pioneiro do cooperativismo paranaense, o qual transferiu-se para o Brasil em 1912, em virtude de perseguições políticas em sua terra de origem. (1)

Cuts desenvolveu, por muito tempo, intensas atividades junto às colônias de imigrantes, implantadas no Paraná no final do século XIX e no início deste. Sob sua orientação, foram organizadas catorze sociedades cooperativas no Paraná, duas em Santa Catarina e uma em São Paulo, no período 1918/1930.

Uma, pioneira do Estado do Paraná, é a Sociedade Cooperativista de Consumo Svitlo (Luz, em Ucraniano), que foi fundada por Valentin P. Cuts, com registro datado de 15 de janeiro de 1920. Ela surgiu na localidade de Carazinho, Comarca de União da Vitória, contava com 30 associados, todos imigrantes ou descendentes dos agricultores daquela área.

Os múltiplos objetivos dessas sociedades evidenciam, a um só tempo, as reais necessidades dos colonos e as vicissitudes do processo de implantação

* Doutorando em Administração de Empresas. Docente da UNIPAR

das colônias, e as falhas da política oficial de imigração daquela época.

Se houvesse o lucro das operações de compra e venda, propunham-se a criar diversos fundos, visando:

a) Comprar instrumentos e máquinas agrícolas para emprestá-los aos sócios, mediante pagamento de aluguel;

b) Manter uma escola particular primária, com aulas diurnas e noturnas, regularmente freqüentadas, ministradas obrigatoriamente em língua vernácula, até que os governos estadual ou federal se dignassem a subvencioná-las, ou fazer delas escolas públicas;

c) Depositar na mão do caixa da sociedade cooperativa certa importância em dinheiro, para socorrer os seus membros em caso de acidente, sendo, desse modo, a diretoria incumbida de permanecer em relação constante com algum médico da cidade mais próxima.

1. O cooperativismo colonial

Depois de 1930, a política imigratória paranaense tendia a desligar-se da ação governamental direta, passando a colonização a ser realizada através de organizações privadas e, mais tarde, por instituições internacionais de imigração.

Renovaram-se, assim, as tentativas de aproveitamento das terras dos chamados *Campos Gerais*, pela implantação de imigrantes em pequenas e médias propriedades agrícolas. Naquela área, foram assentadas diversas colônias, principalmente, de alemães, holandeses, poloneses, russos e coreanos, destacando-se a presença daquelas que traziam, em suas tradições, algumas raízes de organização cooperativista, exercendo, assim, notável influência

sobre a economia da região, pela introdução de pastagens artificiais, melhoria dos rebanhos de gado leiteiro, produção de laticínios e cultivo de cereais, bem como de outras atividades de significativa importância.

As cooperativas tiveram efetivamente um papel de destaque desde a implantação das colônias, assumindo inclusive parte significativa das incumbências do poder público.

Atuaram, como intermediárias entre os agricultores imigrantes, as autoridades e os estabelecimentos de crédito. Colaboraram no planejamento e organização das colônias, na criação de infra-estrutura (melhoria fundiária, estradas, energia), assistência técnica à produção, promoção de ensino, assistência médica e hospitalar, etc. (2).

2. O cooperativismo do mate

A história econômica do Estado do Paraná teve, na indústria extrativa do mate, um ciclo econômico de significação expressiva. A partir da década de 1820, a extração da erva ganhou extrema importância econômica pela conquista dos mercados do prata (Buenos Aires e Montevideú) que, por motivos políticos, deixaram de ser abastecidos pelo seu tradicional fornecedor, o Paraguai. Já em 1826, a exportação de erva-mate constituía a base de todo comércio da comarca, com 69% da exportação total.

Até a década de 1930, aproximadamente, a tranqüila situação dos mercados externos para onde se destinava o mate, os quais absorviam toda a produção exportável, parece ter gerado condições para que os setores envolvidos nos negócios do mate auferissem razoáveis margens de lucro, pois o corte da erva-mate, pela suavidade do trabalho e exorbitância do lucro, continuava a monopolizar a atividade dos lavradores de serra acima. (3).

A Argentina, na década de 1930, começou a plantar a erva-mate em seu próprio território,

desencadeando um processo de retração de demanda por parte dos mercados internacionais. Como consequência dessa medida, e mais o fato de a produção interna estar em franco crescimento, começaram a aparecer problemas relacionados à superprodução e conseqüente formação de estoques que se avolumavam, pelo fato de serem retidos de safra em safra, sem encontrar compradores.

De tal situação, o governo propiciou um surgimento de cooperativas, sem similar em qualquer outro setor da economia nacional.

Como resultado dessa medida, surgiu a Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores de Mate (COCPM), com funções de abrangência nacional.

As regiões ervateiras foram divididas em zonas; e em cada uma se constituiu uma cooperativa de mate, com tantos postos de recebimento quantos fossem os locais de convergência da produção, com uma numerosa cadeia de depósitos e armazéns para guarda e escoamento do produto.

Foram, portanto, esses mecanismos, relativamente compulsórios, que permitiram, a partir de 1943, a criação de uma eficiente rede de cooperativas em quatro estados, dos quais o Paraná foi o mais expressivo, onde, sob a orientação da Federação das Cooperativas de Mate do Paraná Ltda, chegaram a funcionar catorze cooperativas com mais de dez mil associados. Em 1946, essa organização possuía nada menos que 100 armazéns com capacidade para armazenamento de 20 milhões de quilos.

3. O cooperativismo do café

O fato de a cultura do café estar intimamente relacionada com a história econômica do país nos leva a acreditar que seria impossível a organização cooperativista não assentar suas bases nesse setor, muito embora tal fato só tenha ocorrido a partir do

final da década de 1950.

Os problemas, advindos da superprodução do café, que ocorreram desde o início do século, determinaram medidas de valorização do produto, recorrendo o governo a pesados financiamentos no exterior, à política de moratória das dívidas dos agricultores, à incineração de cerca de 70 milhões de sacas de café, à proibição do plantio, dentre outras, no intuito de manter elevados os preços do café e, dessa forma, minorar os efeitos das crises que, de tempos em tempos, ameaçavam os cafeicultores e a cafeicultura como principal fonte de divisas para o país.

A partir de 1930, os impactos da crise mundial, que se iniciara em 1929 na Bolsa de Nova York e suas desastrosas repercussões na frágil estrutura econômica, assentada sobre a monocultura do café, fazem com que os poderes públicos voltem suas atenções para o cooperativismo, encarado, desde então, como uma das melhores soluções aos difíceis problemas econômicos e sociais que o país enfrentava. (4)

Datam dessa época a criação da primeira lei sobre a organização e funcionamento das cooperativas (Decreto 22.239 de 1932) e a instituição de órgãos oficiais de propaganda e assistência ao setor cooperativista, tanto no âmbito federal como estadual, com a criação dos DACS (Departamento de Assistência ao Cooperativismo), junto às secretarias de agricultura de vários estados.

Mas a expansão do cooperativismo na cafeicultura, à parte outros fatores, foi dificultada pelas próprias características das atividades relacionadas com a produção e o comércio do café. Sendo um produto de exportação, os elevados ganhos auferidos pelos plantadores de café faziam com que eles buscassem, individualmente, a auto-suficiência de suas propriedades. A comercialização, por sua vez, estava entregue aos comissários estabelecidos nos principais portos exportadores. Os lucros permitiam pagar toda aquela custosa organização produtiva e comercial.

Por essa razão, pode-se explicar a lenta

evolução do cooperativismo até 1957, quando uma nova realidade econômico-social obrigou cafeicultores e governo a se interessarem pelas cooperativas. Como fruto desse interesse, está o próprio *Plano Cafeeiro*, implantado para a safra de 1956/57, o qual levava em conta a bebida e o tipo de café, atendendo, assim, aos interesses das cooperativas de cafés finos.

O crescimento do setor cooperativista, após essa fase e da qual participaram ativamente os demais estados produtores de café, tem suas causas oriundas na história e na economia desse produto.

Atualmente o Estado do Paraná, através das agroindústrias cooperativadas, possui um dos mais modernos parques industriais do País, na área de laticínios e carnes. Esse complexo detém o controle de 92% do leite pasteurizado, consumido como lácteos industrializados.

O milho, antes processado artesanalmente, começou a ser visto com a importância que lhe era devida, com amplas possibilidades, principalmente como eventual substituto do trigo importado.

As cooperativas já detêm 11,61% da capacidade industrial instalada de moagem e 50,00% da de extração de óleo de milho.

O setor de carnes também passou por modernizações crescentes e as cooperativas não ficaram alheias ao processo, investindo em tecnologia de produção e em modernos frigoríficos, tendo uma participação de 15,42% em aves, e 25,06% em suínos abatidos no Estado, capaz de ofertar ao mercado consumidor uma diversificada linha de produtos.

A partir do desenvolvimento dos setores de laticínios e carnes, cresceu a demanda de rações e concentrados, induzindo as cooperativas a se estruturarem, detendo, hoje, 37,02% do parque industrial instalado no Paraná.

O caso do algodão é bem representativo da pujança das cooperativas. Até a safra 1984/85, o Paraná industrializava, na fiação, apenas 6,00% da sua produção. A viabilização de agroindústrias cooperativas, a partir de 1982, e a entrada em funcionamento, em 1986, de novas unidades,

aumentou significativamente a capacidade industrial do Paraná, passando de 6,00% para 13,00% da produção paranaense de algodão em pluma, industrializado no Estado, com uma participação das cooperativas de 48,30%.

A agroindústria alcooleira também é um bom exemplo de que as cooperativas propiciaram a viabilização de destilarias de álcool, detendo hoje 38,00% do parque instalado no Estado.

4. As taxas de juros no Brasil e a crise financeira na Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC)

Recebendo o impacto das altas taxas de juros, encontra-se no País uma estrutura com 1.400 cooperativas de produção agrícola, reunindo mais de 1 milhão de associados, sendo responsáveis por parcelas significativas da produção nacional de soja (30%), de milho (34%), de algodão (40%), de suínos (53%) e de trigo (65%).

Nos últimos anos, o setor cooperativista está passando por um período em que não existem recursos para investimento. Muitas cooperativas estão endividadas junto aos bancos e uma boa parte delas encontra-se em fase de pré-liquidação.

Dentro desse contexto, destaca-se a crise financeira que provocou a liquidação da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), uma organização de 65 anos de existência e que faturava 1 bilhão de dólares por ano.

A Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) estava instalada em 150 municípios, com 300 pontos de recebimento e distribuição de mercadorias. Era responsável por 30% do abastecimento de hortifrutigrangeiros da grande São Paulo e possuía 9.000 funcionários, atendendo a 20.000 associados.

Tal situação originou-se do fato de as cooperativas terem funcionado como ponte entre o produtor rural, o consumidor e o governo.

Com suas estruturas, operam na

comercialização de safras, estocagem da produção, assistência técnica e financiamento.

Foi exatamente no aspecto relacionado aos financiamentos que a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) começou a ter problemas, quando tomou recursos de crédito rural a juros subsidiados de 9% ao ano, repassando aos agricultores na forma de sementes e fertilizantes.

A situação financeira da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) guarda uma relação inversamente proporcional ao volume de subsídios agrícolas concedidos pelo governo brasileiro. Em 1.980, o crédito rural representava 50% do PIB agrícola brasileiro.

Atualmente, não passa de 10%. Isso em um contexto em que a agricultura é fortemente subsidiada em qualquer parte do mundo, inclusive nos Estados Unidos e na Europa.

5. O Projeto Iguaçu de Cooperativismo - PIC

Como havia naquela região uma extrema carência de infra-estrutura para armazenamento e beneficiamento da produção, bem como a necessidade de fornecimento de insumos e serviços aos agricultores, procurou-se organizar os produtores em sociedades cooperativas, a exemplo do que já havia acontecido no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A mobilização dos agricultores interessados na constituição de cooperativas, em vários municípios, simultaneamente, acionou o Instituto Nacional de Desenvolvimento - Agrário - INDA (atual INCRA), a Associação de Crédito e Extensão Rural do Paraná - ACARPA e, em seguida, o Departamento de Assistência ao Cooperativismo - DAC, entidades que atuavam no cooperativismo, em suas respectivas atribuições, porém de forma isolada.

As três entidades decidiram estabelecer uma coordenação entre suas atividades com o objetivo de disciplinar e estabelecer um zoneamento cooperativista para a região.

Nasceu, então, o Projeto Iguaçu de Cooperativismo, fundamentado em 12 pontos básicos, formulados em comum acordo.

Imediatamente se desencadeiou um trabalho de orientação para a fundação de cooperativas e de reorganização daquelas já existentes em condições de viabilidade.

6. Projeto de Cooperativismo do Norte do Paraná - NORCOOP

O Projeto Iguaçu de Cooperativismo - PIC, tornou-se de extrema importância, porque foi capaz de estimular o surgimento de outros projetos, como, o Projeto de Cooperativismo Norte do Paraná - NORCOOP, implantado em 1974, na cidade de Maringá, com 22 cooperativas agropecuárias do Norte do Estado com sua abrangência estendendo-se a 173 municípios.

7. Projeto Centro Sul de Cooperativismo - SULCOOP

Após o desenvolvimento e implantação do PIC (1971) e do NORCOOP (1974), surge o Projeto Centro Sul de Cooperativismo - SULCOOP, em 1976, na cidade de Curitiba, com a participação de 23 cooperativas agropecuárias das regiões centro e sul do Estado do Paraná.

A finalidade básica é a mesma dos projetos anteriores, ou seja, procurar executar um trabalho de integração cooperativista na área, visando a uma perfeita harmonia no desenvolvimento sócio-econômico das sociedades cooperativas participantes

do projeto.

8. A agroindustrialização cooperativada

O desenvolvimento das cooperativas no setor agroindustrial se deu a partir de 1976/77, época em que o País já começava a sentir o reflexo de crise, que persiste até hoje, particularmente na agricultura, via redução dos subsídios, dos limites de crédito e do volume de recursos destinados ao setor, aliada à queda dos níveis de preços dos produtos agropecuários, situação adversa à realização de grandes investimentos.

É importante salientar que os grandes empreendimentos agroindustriais instalados no Paraná datam de épocas em que existiam benefícios oficiais, via subsídios ao crédito, tendo as cooperativas iniciado o processo em época posterior, quando os incentivos haviam sido reduzidos, acarretando-lhes grande desvantagem.

A necessidade levou as cooperativas a investirem no setor agroindustrial, obrigando-as a contratar os recursos disponíveis, a custos elevados, com aporte suplementar de recursos próprios, forçando a imobilização de capital de giro, resultando em certa descapitalização do setor, provocando algumas crises de liquidez.

Conclusão

Diante dos resultados observados com o processo de agroindustrialização, as cooperativas paranaenses estão convictas de que o processo de integração vertical só será viável, se houver estímulos governamentais, principalmente com relação aos altíssimos níveis de custo dos recursos financeiros.

Em função da crise, muitos cooperados não pagaram suas contas junto à cooperativa, e a mesma, para poder saldar as pendências no sistema financeiro, contraiu novos empréstimos, só que estes a juros de mercado, de 36% ao ano.

Repetiu a operação sucessivas vezes, e o grau de endividamento tornou-se insustentável.

Bibliografia

1. ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO PARANÁ. Cooperativas do Paraná - 1984. Curitiba {s.n.}, 1984.
2. BALHANA, A. P. Et. Al. **História do Paraná**. I vol. Curitiba: Gráfica Editora Cultural Ltda., 1969.
3. BANCO DE DADOS COOPERATIVISTA 1983 - ACARPA. Curitiba, agosto de 1983
4. BULGARELLI, Waldirio. **Cooperativas ainda em crise**. Coopercotia, São Paulo, v.26, n.241, p.55-56, nov. 1969.
5. _____. **Ressuscitada a taxa de cooperação**. Coopercotia, São Paulo, v.26, n.238, p.53-54, ago. 1969.
6. _____. **Reter as sobras é a solução**. Coopercotia, São Paulo, v.23, n.201, p. 40, jul. 1966.
7. COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ - DIAGNÓSTICO E ANÁLISES - IPARDES. Curitiba, julho de 1.974.
8. COOPERATIVISMO AGRÁRIO E SUAS

CARACTERÍSTICAS NO PARANÁ.

Terra e Cultura, v.1, n.1, 144, jan. 1981.

9. KOSLOVSKI, João Paulo. **Autogestão nas cooperativas**: Liberdade com Responsabilidade. Curitiba: OCEPAR, 1992. 95p.
10. MARANDOLA, Maria Eduvirge; RODRIGUES, Rossana Lott. **Cooperativismo agropecuário paranaense**: Evolução no Período 1966-1985. Terra e Cultura, Londrina, v.3, n.9, p.65-84, 1988.
11. **O COOPERATIVISMO NO BRASIL, ENFOQUE, ANÁLISES E CONTRIBUIÇÕES**. Curitiba, 1979. ASSOCEP/FNS, 124p.
12. OCEPAR, CURITIBA - PR. Departamento Econômico. **O Poder de troca na agricultura**; A Evolução dos Preços Pagos e Recebidos pelos Agricultores Paranaenses, no Período de 1985 a 1992. Curitiba, 1992. 63p.
13. OLIVEIRA Jr., Carlos Claro. **Avaliação da eficiência empresarial das cooperativas**. Curitiba, OCEPAR, 1991. 80p. (Série Cooperativismo, 14).
14. **OS PRIMEIROS PASSOS NO SENTIDO DA INDUSTRIALIZAÇÃO**. Referência em Planejamento. v. 3, n.7, p. 68-71, 1978.